

RESENHAS

COUTO, VITOR DE ATHAYDE. **Cinco anos de políticas agrícolas; questionando a "prioridade"**. Salvador, FAEB, 1984. 71p.

Os profissionais de difusão de tecnologia, no Brasil, estão se apercebendo que não basta o bom tratamento de informação, nem o entusiasmo voluntarista dos seus eventuais transmissores para garantir a incorporação de tecnologias aos processos produtivos agropecuários. Hoje, mais do que nunca, cresce a convicção de que a política econômica governamental e seus desdobramentos no setor agrícola definem com maior peso as possibilidades de adoção das tecnologias geradas e adaptadas nos centros de pesquisa. Certamente, os produtos e regiões mais contemplados com os benefícios dos instrumentos de políticas agrícolas têm maiores chances de absorverem tecnologia.

Importa saber que o fato de existirem produtos privilegiados e discriminados na formulação das prioridades, não é obra do acaso. Resulta de pressões exercidas por segmentos sociais mais organizados detentores de poder político e econômico que fazem valer os seus interesses. Ocorre que na atual conjuntura o foco central dessas pressões não tem partido com mais intensidade do setor primário, mas sim do capital industrial e do capital financeiro, não raro, subordinados aos desígnios de grupos multinacionais. Desta forma, a agricultura sem qualquer autonomia integra-se a um sistema de relações onde é meramente subsidiária de outros setores mais dinâmicos da economia. Esse é um dos pontos abordados em **Cinco anos de políticas agrícolas**, ensaio de autoria de Vitor de Athayde Couto que, além de professor da UFBA, coordena a Assessoria Econômica da Federação de Agricultura do Estado da Bahia.

O texto, extremamente conciso, compõe-se de 55 parágrafos que certamente não são suficientes para uma discussão mais aprofundada da temática. Contudo, segue uma linha metodológica coerente que não prescinde de reconstrução histórica

Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 1(3):461-469, set/dez. 1984

e do confronto de dados estatísticos com a sistematização de comentários críticos acadêmicos e depoimentos de representantes da classe empresarial rural. O trabalho tem o mérito de questionar a anunciada prioridade agrícola do atual governo e o mito da incompetência que se costuma atribuir aos mentores das políticas agrícolas, como se as distorções nelas identificadas e corretamente apontadas pelo autor não refletissem a racionalidade do próprio modelo econômico brasileiro “cujos interesses predominantes estiveram voltados, nos últimos anos, para a acumulação urbano-industrial” (pág. 9).

O primeiro questionamento, o da **prioridade agrícola**, é argumentado a partir das contradições identificadas no papel reservado pelo governo à agricultura, em 1979, e nas ações desencadeadas pelos “pacotes agrícolas” que culminaram com a extinção total dos subsídios ao crédito rural, uma exigência mais recente do FMI. Esperava-se que a agricultura resgatasse o país da crise econômica, mediante a produção de energia alternativa que permitisse a progressiva substituição do petróleo. A par disso, era imperioso o aumento das exportações de produtos primários para favorecer o desempenho da balança comercial e, concomitante, buscavam-se super-safras que garantissem a oferta abundante de alimentos no mercado interno, com vistas à redução da pressão inflacionária. As contradições desses objetivos estratégicos, segundo o autor começam pela ilusão de que seria possível agilizar a exportação e substituir a energia convencional por fontes alternativas (biomassa) sem comprometer a produção de culturas alimentares e o abastecimento interno. Pesam muito na sua argumentação as análises de Ivan Ribeiro (*A crise da economia e o pacote agrícola*, CPDA/EIAP/FGV, 1979) para quem os pacotes agrícolas decretados em 1979 sob pretexto de fortalecer a agricultura e traduzir em ações a propalada prioridade agrícola não teria passado de uma ardilosa sofisticação da instrumentalização do setor primário como tributário do capital industrial, financeiro e comercial.

A questão dos subsídios ao crédito rural, prática utilizada por todas as economias capitalistas do mundo, como faz questão de frisar o autor, não pode ser responsabilizada pelo aumento desenfreado da inflação. Os dados estatísticos apresentados mostram que a retirada desses subsídios não exerceu influência de controle inflacionário. Pelo contrário, houve um recrudescimento da inflação exatamente neste período. Outro dado interessante revelado é que, desde 1975, está ocorrendo uma redução substancial dos recursos destinados ao crédito rural, havendo uma queda dos valores reais da ordem de 35% em 1982, em relação a 1975. Uma análise comparativa da evolução dos índices inflacionários com a retirada progressiva dos subsídios ao crédito rural demonstra uma correlação positiva até 1983, quando os

subsídios foram eliminados por completo, a inflação atingiu 211% e os custos dos alimentos superaram a casa dos 300%.

O outro grande questionamento do ensaio refere-se à presumida incompetência dos técnicos do Ministério da Agricultura que, na opinião de muitos, seria a causa das desventuras do setor primário afetado pelos reflexos danosos das contradições das políticas agrícolas. A resposta enfatiza que a formulação dessas políticas não é influenciada por técnicos do Ministério da Agricultura, sendo definida pelo Conselho Monetário Nacional em cuja composição o setor agrícola é minoritário e onde prevalecem os interesses dos oligopólios financeiros e urbano-industriais. A base desse argumento está respaldada no estudo de Mueller (*A racionalidade, o poder e a formulação de políticas agrícolas. Rev. de Economia Rural* 21(2):157-172, 1983) que identifica dois grupos em disputa na composição das forças que definem as políticas agrícolas: o primeiro, chamado de "planejadores da modernização" com maior poder de fogo, representa os Ministérios da área econômica, que vêem na agricultura apenas um instrumento de viabilização do processo de expansão urbano-industrial. O outro grupo reúne os "planejadores da agricultura", de visão exclusivamente setorial, representando o Ministério da Agricultura, suas empresas e autarquias. Embora as posições desses grupos sejam via de regra conflitantes, a decisão final é sempre dos "planejadores da modernização". Não é de se estranhar, conclui o autor, que "a essência da formulação das políticas agrícolas permaneça praticamente inalterada (...) a despeito da substancial melhoria qualitativa e quantitativa do corpo técnico que atua no Ministério da Agricultura" (pág. 56).

A discussão final é reservada ao exame das alternativas de mudança propostas no debate nacional sobre o tema e a maneira como podem ser afetadas as regiões Norte e Nordeste por essas eventuais mudanças. Aqui o ensaio parece perder muito do seu vigor crítico. Fica a impressão que o autor abandona a dimensão de totalidade que o orientou até aquele ponto com brilhantismo, para ater-se à análise das conseqüências das medidas no âmbito restrito da classe empresarial rural, onde não se incluem os sem terra, os bóias-frias, os 75% dos produtores alijados do crédito rural, enfim os excluídos dos benefícios proporcionados pelos atuais instrumentos de políticas agrícolas. Saliente-se, entretanto, que esse reparo não desmerece a importância da contribuição do texto ao debate que se afigura cada vez mais polêmico, sobretudo agora que se vislumbram maiores espaços de discussão e participação nas definições dos grandes problemas nacionais. Vale a pena conferir.

Cyro Mascarenhas Rodrigues
EMBRAPA/DDT

Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 1(3):461-469, set/dez. 1984